



O consenso progressivo como método de gestão democrática em movimentos sociais: experiência de um consenso progressivo na greve dos professores da UEPG em 2023

The progressive consensus as a method of democratic management in social movements experience of a progressive consensus in the UEPG teachers' strike in 2023

Manoel Moabis Pereira dos Anjos¹

¹Professor Dr. da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
e-mail: manoelmoabis@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3939-7442>

Sérgio Luiz Gadini²

²Professor Dr. da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
e-mail: slgadini@uepg.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1537-1387>

Nevio de Campos³

³Professor Dr. da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
e-mail: ncampos@uepg.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1850-316X>

Resumo

O presente ensaio discute e avalia o conceito e a prática política de consenso progressivo na gestão de movimentos sociais, tomando por base a experiência de uma gestão sindical provisória (entre abril e junho de 2023), que coordenou a greve de professores na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), realizada por docentes das sete instituições de ensino superior público paranaense, na luta pela reposição da inflação negada pelo governo do Paraná, desde 2016, estimando uma defasagem salarial de 42% por ocasião da decisão pela paralisação docente. O ensaio avalia os desafios da perspectiva metodológica de encaminhamento das ações grevistas (ações, táticas e decisões em assembleia) a partir da busca de consensos dialógicos possíveis, de forma participativa nos espaços de deliberação do movimento grevista.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Democracia, Organização sindical no Brasil, Consenso Progressivo, Sinduepg/Andes-SN.

Abstract

This essay discusses and evaluates the concept and political practice of progressive consensus in the management of social movements, based on the experience of a provisional union management (between April and June 2023), which coordinated the teachers' strike at Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), carried out by teachers from seven public higher education institutions in Paraná, in the fight to replace the inflation denied by the government of Paraná, since 2016, estimating a salary gap of 42% at the time of the decision to strike teachers. The essay evaluates the challenges of the methodological perspective of forwarding strike actions (actions, tactics and decisions in assembly) based on the search for possible dialogical consensus, in a participatory way in the deliberation spaces of the strike movement.

Keywords: Social movements, Democracy, Trade union organization in Brazil, Progressive Consensus, Sinduepg/Andes-SN.



1 Introdução

As experiências recentes de participação popular, sejam as que envolvem movimentos sindicais ou outras formas de luta, demonstram dificuldade de organização de diferentes naturezas, na maioria dos casos devido à complexificação das relações sociais atravessados pelo crescente uso e mesmo dependência da plataformização informacional (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021), bem como ao surgimento de outros problemas como excesso de trabalho e compromissos (presenciais ou remotos), que geram outros problemas de saúde e impactam na qualidade de vida.

Com menos tempo para ler, discutir e pensar ações de interesse coletivo, a participação em espaços da sociedade civil é igualmente impactada. Decorrem daí dificuldades diversas, que estão associados aos frequentes ataques que os movimentos sociais (inclusive, o sindical) enfrenta de forma acelerada desde que a reforma trabalhista foi aprovada em 2017, aumentando a precarização das condições de trabalho (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021). Organizar lutas coletivas, portanto, e torna um desafio mais complexo. Neste cenário, um dos pontos sensíveis envolve a busca de adesão participativa e, por vezes, também a construção de consensos, ainda que pontuais e possíveis, que possam de forma representativa decidir os rumos da luta.

Com relativa frequência, o modo escolhido para resolver os dissensos, inerentes a todo processo de organização coletiva, é o conhecido democratismo do voto. Basta uma discussão mais acalorada para, no meio do debate, alguém apresentar a proposta: “vamos votar!”. Ainda que guarde em si uma noção de horizontalizar o processo de decisão, o democratismo do voto esconde que, para além da decisão tomada por meio do voto, é importante discutir o momento em que essa decisão pelo voto é necessária.

Experiência recentemente vivenciada na Seção Sindical dos Docentes da UEPG (Sinduepg/Andes-SN) mostra que uma discussão amadurecida e informada colabora para a construção de um consenso progressivo que, em vez de reforçar os dissensos, fortalece o sentido de decisão coletiva. Nestes termos, o que se objetiva, aqui, é apresentar e discutir a possibilidade de construir uma outra forma de organização social que não esteja embasada no exagero das consultas que medem as forças dos grupos que participam das disputas, mas que possibilitam o fortalecimento da participação realmente coletiva.

2 Breve contextualização

O Sindicato dos Docentes da UEPG é uma seção local do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN - <https://andes.org.br>) e foi fundado em 12 de dezembro de 2002. O Sinduepg “atua na defesa dos direitos da categoria, buscando a integração e a melhoria nas

condições de trabalho e a luta pelo fortalecimento do ensino superior público, gratuito e de qualidade”. Como entidade organizada, foca nas seguintes ações: assessoramento dos associados, busca pela resolução das demandas dos professores da UEPG e na consolidação da categoria, além do apoio aos movimentos organizados da sociedade civil e aos movimentos que têm por objetivo uma sociedade mais justa e igualitária (<https://sinduepg.com.br/pagina/sobre-nos>).

Desde a fundação, o Sinduepg se organiza em sintonia com as demais seções sindicais representativas dos professores que atuam nas sete Universidades Estaduais do Paraná, que por sua vez estão sediadas nas principais cidades do Paraná: Londrina (UEL), Maringá (UEM), Ponta Grossa (UEPG), Cascavel, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Toledo e Cândido Rondon (Unioeste), Guarapuava e Irati (Unicentro), Jacarezinho, Bandeirantes e Cornélio Procópio (UENP), Curitiba, Campo Mourão, União da Vitória, Apucarana, Paranaguá e Paranavaí (Unespar).

No Paraná, a categoria docente das Instituições de Ensino Superior é representada por seções sindicais filiadas ao Andes/SN. As instâncias de representação organizam a luta docente em cada Universidade do Sistema Estadual de Ensino Superior e apresentam a seguinte distribuição: Sindiprol/Aduel (UEL/UENP), Adunioeste (Unioeste), Sindunespar (Unespar), Adunicentro (Unicentro), Sesduem (UEM) e Sinduepg (UEPG). Para além da representação local, essas seções sindicais também se estruturam em um fórum de representação em nível estadual, que busca fortalecer a luta pelos direitos dos docentes.

O Comando Sindical Docente (CSD) tem como foco “[...] fortalecer a luta unificada dos professores do ensino superior estadual em defesa de seus direitos trabalhistas, como a data-base (reposição anual dos salários corroídos pela inflação), além da carreira docente, condições de trabalho e realização de concursos públicos” (Sindiprol/Aduel, 2023).

As Universidades Estaduais do Paraná se tornaram, desde a fundação inicial de três instituições em 1970 (UEL, UEM e UEPG), polos de impulso e desenvolvimento socioeconômico regional no Paraná, seja por agregar estudantes, docentes e técnicos administrativos de outras regiões e estudados no país, seja também pelas ações que envolvem ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão em diferentes setores das comunidades de alcance institucional.

Para situar o Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná vale uma breve caracterização. São 350 cursos de graduação e mais de 200 programas de pós-graduação que funcionam nas Universidades Públicas Estaduais do Paraná em 2023. Pelos dados oficiais, o sistema estadual das instituições de ensino superior público (IEES) conta com cerca de 100 mil estudantes, cerca de 8 mil professores e aproximadamente 9 mil servidores (técnicos e agentes administrativos).

Oportuno situar que as Universidades também contam com hospitais universitários, que atuam como hospitais-escolas e atendem demandas especializadas em saúde pública: UEL, UEM, UEPG, Unioeste e Unicentro.

3 Entre a democracia e o esforço organizativo como estratégica de ação coletiva

Para quem participa de movimento social, em qualquer lugar do mundo, o compromisso com a democracia não é ocasional, mas inerente à defesa do direito de expressão, diálogo e interação participativa nos espaços e instâncias deliberativas da entidade base. Trata-se de uma referência histórica do movimento operário, sindical e demais organizações sociais sem fins lucrativos que visam, prioritariamente, a defesa de conquistas sociais, direitos humanos e melhores condições de trabalho, seja aos associados diretamente envolvidos, seja aos demais setores sociais, que estão e seguem excluídos das condições de acesso ao exercício da cidadania.

É a perspectiva de um sujeito coletivo, que atravessa as diferentes etapas de organização das sociedades modernas, em que trabalhadores e trabalhadoras lutam pela própria existência e, em seguida, por melhorias de vida. E tais conquistas não vêm gratuitamente e tampouco por vontade de algum mecenas, de governos ou de setores empresariais interessados em seus respectivos objetivos, em geral de manter e ampliar margens de lucros ou vantagens às custas das maiorias de pobres que dispõem basicamente da própria força de trabalho e da disposição em se organizar por garantias de vida, dignidade e trabalho.

No longo e sinuoso processo organizativo, não raro, o esforço educativo é uma marca inerente aos movimentos sociais. É o que Gramsci (Liguori; Voza, 2017) insiste pelo caráter didático e pedagógico da formação que sindicatos, partidos operários e demais movimentos coletivos devem manter no plano e execução das metas de ação.

A participação dos atores – individuais ou coletivos – se torna, assim, norte e base de sustentação do fortalecimento e ampliação das entidades sociais. E isso não se faz com dinheiro, até porque a sustentação financeira não é a razão de ser de movimentos norteados pelo interesse coletivo. As formas de fazer com que um maior número possível de atores se envolva nos processos de formação, disputa e encaminhamentos coletivos se torna, assim, uma questão de método que pressupõe diálogo, compreensão, leituras e análises que não se processam de forma consensual em piscar de olhos e tampouco na passagem de uma reunião à assembleia deliberativa.

A reflexão de Paulo Freire (1997) é ilustrativa dos desafios na organização popular. Para ele:

É difícil, realmente, fazer democracia. É que a democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática. Não é o que digo o que diz que eu sou democrata, que não sou racista ou machista, mas o que faço. É preciso que o que eu diga não seja contraditado pelo que faço. É o que faço que diz de minha lealdade ou não ao que digo. (Freire, 1997, p. 61).

Em outros termos, o desafiante exercício da democracia na gestão cotidiana de atividades que envolvem diretamente os movimentos sociais está longe de ser uma tarefa fácil, ainda que se mostre elementar, pela própria lógica de compreensão histórica que orienta a ação dos movimentos coletivos. E

qual a dificuldade? Em geral, por se trabalhar diretamente com atores que disputam formas de compreensão, análise e encaminhamentos diferenciados, a complexidade implica um exercício constante de reflexão, na clássica dinâmica do planejamento/ação – reflexão – e encaminhamento (ação), como indica o conceito de práxis (a partir de Marx).

Não se trata de lutas permanentes e imprevisíveis, mas de diálogos contínuos, que demandam percepção, respeito à pluralidade e um mínimo de pragmatismo para não deixar que tudo se torne apenas reflexões e exercícios mentais da criticidade. É fundamental a passagem aos próximos passos, a percepção dos limites de alcance das ações, os parceiros possíveis e a clareza de quem efetivamente representa perigo e materializa o adversário, em geral o patronato ou seus representantes governistas, que historicamente defendem e implantam programas de retirada de direitos e arrocho salarial aos que dependem da própria força (seja física ou mental) do trabalho.

É a materialização efetiva, sem meias palavras, de momentos da luta de classes, de que os movimentos que ousam representar e defender os trabalhadores ou setores excluídos da população não podem ignorar e tampouco compreender para, assim, planejar os passos das lutas em curso.

Em suma, em concordância com Freire (1997, p. 53) ao afirmar que ‘sem intervenção democrática do educador ou da educadora, não há educação progressista’, convidamos os educadores, atuantes ou não em sala de aula, e aqueles que estão num processo crítico teórico e prático de colaborar para a construção de uma sociedade mais democrática, menos desigual, mais justa, mais humanizada e participativa, a fortalecer suas práticas educativas e a ampliar suas contribuições na construção desse projeto político democrático e inclusivo de sociedade presentes nos discursos e nas práticas da educação popular e da gestão democrática. Não importa o tamanho e alcance da sua ação, importante é a sua ação, é a sua práxis. E que tal que ela seja pautada na Educação Popular e na Gestão Democrática? (Luz, 2021, p. 13).

4 Exercício da hegemonia (em disputa) no cotidiano da luta docente

Ao discutir a ação política, Antonio Gramsci insiste na relação contextual que atravessa qualquer iniciativa humana na vida social, onde a hegemonia opera como “elemento de conexão entre a sociedade civil e a sociedade política” (Liguori; Voza, 2017, p. 365). Mas, obviamente, pode-se falar em disputa de hegemonia em sociedades democráticas, onde se permite o exercício da expressão plural, o que não ocorre em regimes ditatoriais.

Mas quem interfere nas disputas por hegemonia e modos de pensar no espaço coletivo? “Além dos intelectuais profissionais, industriais, cientistas, eclesiásticos, empregados e assim por diante (...), todos os homens são intelectuais, embora nem todos os homens tenham na sociedade a função de intelectuais” (Liguori; Voza, 2017, p. 367; Gramsci, 2001, p. 18).

É oportuno situar que mesmo os porta-vozes de setores dominantes ou prepostos de chefias também exercem papel de intervenção intelectual, embora a serviço de interesses distantes da vida orgânica que experimentam, mas o exercem por adesão servil, conveniência ou mesmo pelo pagamento que recebem ao papel prestado (ver Gramsci, 2001, p. 13-53). E é preciso situar e compreender que nas

mais diversas esferas da vida social existem interesses diversos em jogo, muito embora as coisas simples tendem a se manifestar em polarizações de fundo que traduzem disputas por valores e projetos (explícitos ou não) de classes sociais.

Fundamental, aqui, é que as instituições culturais, políticas e até religiosas – quando a serviço do estado e do capital de forma explícita e assumida – exercem papéis nas disputas por hegemonia que também operam como práticas de “pedagogia social”. Isso porque, quem explica é o próprio Gramsci ao dizer que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (Liguori; Voza, 2017, p. 367).

Tais iniciativas, interações e disputas não ocorrem isoladas ou fora de contexto, mas são inevitavelmente atravessadas pelas marcas do momento histórico. E isso porque “cada grupo social, nascendo sobre a base originária de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria junto, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais”, explica o pensador italiano (Liguori; Voza, 2017, p. 368; Gramsci, 2001, p. 16).

Por sua vez, “a relação entre os intelectuais e a produção não é imediata, como acontece para os grupos sociais fundamentais, mas é mediada por dois tipos de organização social: a) pela sociedade civil e pelo Estado”. E, também mediadas, pela existência de “categorias intelectuais preexistentes que representam uma continuidade histórica ininterrupta nem pelas mais complicadas mutações de formas sociais e políticas” (Liguori; Voza, 2017, p. 368; Gramsci, 2001, p. 13-53).

A sistematização de conceitos de autoria de Antonio Gramsci ajuda, aqui, a entender a complexidade de organização do movimento sindical em vários aspectos, de forma atualizada e didaticamente situadas. Em primeiro lugar, a formação política e cidadã não é automática e tampouco se adquire apenas pela experiência da idade biológica, mas exige leituras, diálogos, autocrítica e interações com as variáveis de um momento histórico dado.

Ao situar a presente reflexão no movimento sindical docente é elementar compreender que professores que participam, de forma mais regular e habitual, não o fazem por qualquer suposta vantagem, por variadas razões: dirigente não tem remuneração e tampouco são liberados das atividades profissionais previstas no trabalho junto à Universidade. Concorde-se ou não, esta é a orientação estatutária vigente no Sinduepg/Andes-SN, desde a fundação da entidade em dezembro de 2002. Do ponto de vista do vínculo efetivo, a função de presidente tampouco prevê reeleição ao cargo.

Em outro aspecto, há décadas se habituou considerar, ao menos no Brasil, que o movimento sindical docente registra uma reconhecida margem de imprevisibilidade nos rumos do movimento por questões pontuais, como o fato de que “professor não se convence facilmente”, intervém comparativamente com mais frequência e habitualidade (“toda inscrição é uma aula”, ironiza-se no meio) que trabalhadores de outros setores organizados e a própria interação dialógica tende a ser permeada por interrupções, pedidos de esclarecimentos ou ordem de encaminhamento, que demandam sensibilidade,

atenção e cordialidade por parte de dirigentes que se dispõem a representar a entidade e, pois, coordenar atividades de mobilização. Razão pela qual a militância no movimento docente registra um permanente instante de ação pedagógica, permeada por espaços de deliberação coletiva e atividades próprias da organização sindical corrente nos mais variados setores da classe trabalhadora.

Afora isso, nada se exclui quando se trata de táticas de ação para construir movimentos, executar atos e assegurar visibilidade aos eventos planejados pelas instâncias coletivas (assembleia, comando, coordenação setorial ou grupo de apoio). No Sinduepg, a lógica é a mesma. Isoladamente, uma decisão de assembleia docente no Sinduepg/Andes pouco, ou quase nada, significa. Além do contexto, é preciso construir laços de unidade com entidades do campo, como é o caso do Sindicato Nacional (Andes), Comando Sindical Docente em nível estadual paranaense e, claro, apoio de representantes de setores organizados da sociedade civil em níveis locais, regionais e estadual. O que significa dialogar com representantes de partidos políticos, eleitos e que ocupam espaços parlamentares, capazes de repercutir decisões de caráter mais urgentes do movimento docente.

Em outros termos, a disputa por hegemonia dialoga com a perspectiva pedagógica, mas está fundamentalmente permeada pelos campos que envolvem interesses cruzados e podem influenciar ações de governo, seja via apoio de entidades parcerias, interação parlamentar e, logicamente, também ajuda pessoal e voluntária de amigos, colegas, familiares ou vizinhos, que não integram a base militante, mas são fundamentais para repercutir as expressões de professores em luta por melhores condições de vida, direito salarial e dignidade profissional.

5 O presente provisório em construção (democrática)

Uma gestão provisória assume o Sinduepg em assembleia realizada em 12 de abril de 2023. Naquele momento, o sindicato se encontrava em um cenário de difícil organização, com uma direção que chegava ao fim do mandato com apenas três integrantes e, mesmo no processo eleitoral em curso, não tivemos nenhuma chapa inscrita para assumir a entidade em um mandato regular.

Para além das questões de organização interna, a categoria docente acumulou, ao longo dos últimos sete anos, perdas salariais na ordem de 42%. A greve mais recente que mobilizou a categoria docente no Paraná teve início a partir da Universidade Estadual de Londrina (UEL) no dia 8 de maio de 2023. Em menos de uma semana, todas as demais IEES do Paraná também aprovaram adesão à greve, que no caso da UEPG foi aprovada por unanimidade no dia 10 de maio do corrente ano.

Outro ponto que merece destaque no que se refere à luta que os docentes do Paraná enfrentam cotidianamente, podemos citar a resistência contra a implementação da “Lei Geral das Universidades (LGU)” aprovada em 2021. A LGU, como a legislação ficou conhecida, precariza o trabalho (docente e dos servidores técnicos) nas Universidades Estaduais do Paraná, além de reduzir os investimentos na

manutenção das Instituições e coloca em risco o funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação. Somente na UEPG, a aplicação da lei limitou o quadro de professores efetivos a 671 docentes. Isso representa 347 professores a menos do que a Universidade teria direito antes da aplicação da legislação.

Outro ponto em que a LGU ataca as Universidades do Paraná está no controle da quantidade de professores com regime de trabalho em tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE). De acordo com a essa norma, a UEPG só poderia ter 587 professores efetivos neste regime de trabalho. Na prática, isso significa que 84 professores efetivos da Universidade sempre trabalharão sem receber TIDE, mesmo que o concurso público que permitiu o ingresso desses docentes o tenha previsto. Na LGU, há ainda outros problemas de natureza trabalhista, como a falta de isonomia entre professor efetivo e professor temporário, que mesmo trabalhando na mesma Universidade e com cargas horárias e tipos de trabalho compatíveis, recebem salários diferentes.

Outro ponto questionado em relação a LGU é a possibilidade de fechamento de cursos de graduação, em caso de não preenchimento de metade das vagas ofertadas por três anos consecutivos. Apenas para situar como essa medida se mostra equivocada, de acordo com o Censo do Ensino Superior de 2022, a taxa de conclusão acumulada nos cursos de educação superior do país teve um percentual total de 41%. Isso mostra que o problema da evasão escolar/ baixo interesse pelos cursos de ensino superior não é um problema pontual de um ou outro curso que apresente alto índice de desistência ou baixa procura, mas sim um problema geral de como o ensino superior se organiza em nível nacional.

Um dos principais desafios da curta experiência da gestão provisória (formada por três integrantes, que assumem, em assembleia geral extraordinária realizada em 12/04/2023, por um período de até seis meses, depois da vacância de edital sucessório à diretoria, conforme prevê o estatuto e o regimento do Sinduepg/Andes-SN) foi o processo de construção e condução da Greve dos Docentes do Paraná na Universidade Estadual de Ponta Grossa contra o arrocho salarial acumulado.

A aprovação do indicativo de greve que iniciou esse movimento foi realizada em 25 de abril de 2023 a partir de uma única votação pela aprovação do indicativo. Além do encontro que aprovou o indicativo de Greve, a direção provisória conduziu outras três assembleias (conforme quadro abaixo) com, em média, apenas uma votação nestes espaços.

Quadro 1 – Assembleias Docentes com votação única na greve de 2023

Data/Local	Pauta	Participantes	Votação
25/04/23 - Sinduepg/Andes	Indicativo de greve	40 Professores	Unânicos pela aprovação
10/05/23 – Auditório Centro	Deflagração de greve	120 Professores	Unânicos pela deflagração
18/05/23 – Auditório Uvaranas	Avalia manter greve	60 Professores	Unânicos pela manutenção
07/06/23 – Auditório Central	Suspensão da greve	155 Professores	82 pela suspensão, 45 pela manutenção, 4 abstenções

Fonte: Autores, 2023.

Para além das assembleias, outro espaço de fortalecimento desse consenso progressivo foram as reuniões do comando de greve (sempre abertas à participação da base). Nestes ambientes, com raríssimas exceções, o “democratismo do voto” foi evocado como forma de decidir os rumos da luta. Na maioria das vezes, os debates eram construídos pelo embasamento das decisões e convencimento dos caminhos que o movimento deveria seguir de maneira esclarecida, madura e responsável.

Sem qualquer ingenuidade, é preciso reconhecer que nesta construção de consenso progressivo também há muitas posições divergentes. Os debates envolvem posições contrárias ou mesmo levemente diferentes ao longo do processo. Ainda assim, quando se coloca em perspectiva as condições objetivas da condução da luta e o comprometimento daqueles que decidem as posições individuais que nos diferenciam, ficam menores do que nossas aproximações e convergências coletivas.

O modo de condução em busca de um consenso possível mostra que uma deliberação coletiva nem sempre tem a ver com votação, mas sim com construção madura e responsável com aquilo que se decide, a partir de uma agenda prévia (divulgação aos associados), informação e debate aberto capaz de apontar as propostas viáveis aos rumos organizativos da base da categoria.

6 Para entender a democracia nos movimentos sociais

O debate em torno do exercício dialógico pode ser também compreendido a partir dos trabalhos de Habermas, autor que defende uma perspectiva da “filosofia da consciência” ou da “filosofia do sujeito” pautada na “racionalidade cognitivo-instrumental” e, pois, um “paradigma da filosofia da linguagem” (na lógica da intersubjetividade) que, por sua vez, sustenta uma espécie de modelo da “racionalidade comunicativa”. “A razão centrada no sujeito encontra sua medida nos critérios de verdade e êxito, que regulam as relações do sujeito que conhece e age segundo fins com o mundo de objetos ou estados de coisas possíveis”, explica Habermas (2000, p. 437).

E, assim, completa o autor da teoria do agir comunicativo, “a razão comunicativa encontra seus critérios nos procedimentos argumentativos de desempenho, diretos ou indiretos das pretensões de

verdade proposicional, justeza normativa, veracidade subjetiva e adequação estética” (Habermas, 2000, p. 437).

Habermas não avança, contudo, na perspectiva do que se compreende por consenso progressivo, mas situa a base da ação política na intervenção dialógica, que pressupõe disposição constante ao diálogo e em condições prévias de habilidade na expressão linguística por parte dos atores em ação, que implica dois ou mais sujeitos dispostos a apresentar uma perspectiva, ouvir os interlocutores em similares condições de compreensão, lógica e coerência nas mediações ou interrupções de fala.

A proposta do presente ensaio, embora não foque na contribuição habermasiana, aqui apenas situa que a busca de um consenso possível é marca da prática política na modernidade e, pois, em sociedades pautadas na civilidade e aceitação do outro (alteridade filosófica que embasa a perspectiva ética do discurso).

O debate sobre hegemonia feito por Gramsci é atualizado por Ernesto Laclau, que situa as condições de desafios que envolvem a possibilidade de disputa nos modos de pensar, mesmo diante de um bloco histórico (consolidado ou em vias de consolidação) majoritário, como é o caso das sociedades capitalistas. Buscar legitimidade e construir consensos possíveis implica o exercício da política com bases democráticas capazes de se diferenciar no previsível controle social que há séculos norteia a exclusão de maiorias silenciosas.

O fazer política constitui-se em “uma prática de articulação que constrói algumas posições ou outras, num sentido ou outro, a partir de ‘dados’ que podem receber significados muito diversos dependendo de como são selecionados, agrupados e, sobretudo, contrastados”, explica Errejón (2014), ao lembrar a contribuição de Ernesto Laclau (1935-2014), por ocasião da morte do intelectual argentino em 2014.

É na mesma perspectiva que a viabilidade da ação política possibilita lançar “cunhas” mesmo onde aparentemente se insinua o domínio das versões dominantes, que se apropriam e se beneficiam do silêncio conivente do senso comum, mediado ou imposto pela crescente precarização das condições de vida e trabalho, que tendem a ocupar todo o tempo possível de quem vive única e exclusivamente pelo e para o trabalho de sobrevivência individual ou familiar.

Se o poder é a hegemonia, visivelmente presente em aparentes “estruturas intocáveis”, também é poder por disputa de espaço e gradualmente por hegemonias nas práticas divergentes que apostam em projetos coletivos diferenciados das classes dominantes. É assim que a política se torna a arte do possível, também aos excluídos, que precisam compreender e fundamentalmente se organizar para defender respectivos interesses e necessidades emergenciais para apresentar, construir e disputas as próprias crenças e os valores de vida nos mais diversos espaços, momentos e situações que fazem o calendário e o terreno da política.

Agora, não basta registrar e “tentar segurar” um consenso pontual em torno de eixos temáticos estratégicos, pois na política tudo muda, e muito rapidamente. O que implica ter no horizonte a possibilidade e o desafio constantes de exercitar o diálogo para construir acordos sem perder a identificação de quem são, efetivamente, os adversários centrais na organização das lutas coletivas e, assim, encaminhar tarefas cotidianas, que por vezes demandam sensibilidades e tolerâncias para ouvir expressões avaliativas na interação democrática.

E, aqui, é fundamental ponderar que não existem inimigos nas lutas democráticas, pois adversários concretos – aos que reivindicam melhores condições de trabalho, dignidade profissional e respeito salarial – são os empresários que detêm controle dos meios e bens produtivos e, no setor público, gestores governistas que se apropriam dos espaços do estado para facilitar o exercício da dominação para deixar o estado a serviço de uma minoria histórica, reproduzindo relações de hegemonia na vida social.

7 É possível organizar os excluídos para disputar a democracia?

Dialogamos com um acontecimento que impulsionou a participação popular a partir da ocupação de espaços públicos por jovens e desempregados espanhóis que, a partir de 2011, em meio à crise cíclica do capitalismo global, realizaram expressivas manifestações, cobrando direito de voz e decisão para enfrentar os ajustes da política neoliberal implantada pelo Banco Central e o Parlamento Europeu (sediados em Bruxelas) que impuseram arrocho salarial, cortes em investimentos às políticas públicas e privatizaram serviços essenciais sem romper com o sistema financeiro dominante. Parte da resposta encontrada por milhares de jovens foi a organização de uma frente popular nomeada *Podemos*, que nos anos seguintes iria disputar eleições gerais a partir de uma organização nas principais cidades da Espanha.

O método participativo, que não se reduzia em votar questões essenciais em pauta, mas buscava esgotar discussões através da constante participação popular nos debates deu o tom do caráter coletivo, que tinha entre as orientações políticas a busca de consensos possíveis, evitando dispersões temáticas e, ao mesmo tempo, tentando manter uma complexa e plural organização emergente que fundamentalmente ansiava pelo direito da expressão para escolhas democráticas.

Guardadas as diferenças e especificidades contextuais, é esta experiência de um método participativo e democrático que a gestão provisória do Sinduepg/Andes-SN tomou como referência para tentar conduzir o processo de definição e condução coletiva da greve docente na UEPG em no outono de 2023. A origem do movimento *Podemos* remete às manifestações que iniciaram em 15 de maio de 2011, que ficaram conhecidas como 15M a partir de protestos convocados em dezenas de cidades espanholas pela frente *Democracia Real Ya!*, deixando a Puerta del Sol, no centro de Madrid, como referência das grandes mobilizações que reuniram inúmeras atividades de massa ao longo do tempo em que a praça esteve sob ocupação popular, majoritariamente de jovens sem emprego, estudantes e, claro, também

aposentados, que sentiram as medidas impopulares determinadas pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central e governo da Zona do Euro.

Surgem, assim, os “indignados”. E, assim, em março de 2014, surge oficialmente um movimento que se propõe romper com o bipartidarismo Partido Popular/PPG, à direita, e o Partido Socialista Obrero Espanhol/PSOE, à esquerda) que monopolizava a política espanhola, desde grosso modo, o período pós-guerra. Sob coordenação de inúmeros cidadãos dos mais variados setores da sociedade civil espanhola, entre lideranças populares, intelectuais atuantes e jovens sem emprego, estavam também incontáveis dirigentes do movimento dos indignados que marcou o 15M desde 2011. Sob coordenação do professor Pablo Iglesias, *Podemos* lança uma cunha na suposta previsibilidade da disputa eleitoral da Espanha.

Yolanda Meyenberg (2017, p. 221) avalia que, para além da deterioração das condições econômicas espanholas (com 20% de desemprego que atingia cerca de 43% entre os jovens trabalhadores), durante a crise capitalista global de 2007/2015, que rebaixou indicadores de empregabilidade, poder aquisitivo e cortou investimentos em programas sociais, “en el nivel de las bases sociales, la virtud de *Podemos* es que há construido una serie de instrumentos en línea para articular sus propuestas y demandas, así como los mecanismos de votación asambleísta”.

É neste contexto, segue Meyenberg (2017; p. 221) que “se puede decir que el partido ha creado una esfera pública 2.0 que le permite mantener una comunicación activa y transversal con sus militantes y simpatizantes”. E, aí, obviamente, o uso da tecnologia digital com interação se torna um instrumento que fortalece a proposição democrática, explica a pesquisadora da Universidad Nacional do México.

El partido emplea, además, una serie de plataformas que permiten ejercer una democracia digital directa, esto es, una comunicación política muy dinámica para la toma de decisiones. Entre ellas están *Appgree*, mediante la cual los participantes pueden elegir canales temáticos, formular preguntas, votar y contabilizar las opciones que han recibido mayor apoyo. Esta herramienta determina, con criterios de selección semántica y numérica, cuál de los cientos de opiniones y propuestas de los usuarios tiene más tasa de interacción, popularidad y redundancia dentro del colectivo (Meyenberg, 2017; p. 230).

No entanto, é no método de trabalho e condução que se materializa a centralidade do esforço dialógico da experiência democrática, talvez um pouco próximo ou inspirado no exercício do rápido crescimento da organização política do movimento *Podemos*, em março de 2014 na Espanha.

É a participação cidadã que caracteriza uma das principais marcas do *Podemos*”, avalia Yolanda Meyenberg (2017). E, a partir daí, uma redefinição do próprio conceito de político e das organizações do campo. “O político se torna um agente da participação cidadã, em um processo permanente de empoderamento progressivo”, diz o texto de fundação do movimento *Podemos*. E, pois, “não cabe, assim, a distinção entre militantes e cidadãos, entre um dentro e outro fora da política, buscando assim cada vez mais agregar um maior número de cidadãos para a análise, a decisão e a gestão do público (*Podemos*, 2014).

8 Considerações: perspectiva de um consenso progressivo como método democrático

A discussão proposta neste texto tentou articular o conceito e a prática política de consenso progressivo na gestão de movimentos sociais, tomando por base a experiência de uma gestão sindical provisória (entre abril e junho de 2023). No percurso, buscou-se demarcar os desafios da perspectiva metodológica de encaminhamento das ações grevistas (ações, táticas e decisões em assembleia) a partir da busca de consensos dialógicos possíveis, de forma participativa nos espaços de deliberação do movimento grevista.

A prática política participativa, pautada no envolvimento direto de milhares de integrantes em condições igualitárias de manifestação, análise e decisão é também o que marca a breve história do *Podemos* na Espanha. Trata-se de uma estratégia de inclusão participativa que não coloca a urgência de constantes votações para toda e qualquer atividade, mas pelo diálogo – no caso do *Podemos* potencializado pela própria plataforma digital interativa –, criam-se condições para construir consensos possíveis com maior probabilidade do que a conhecida prática deliberacionista (votar o tempo todo!) sugere na gestão de movimentos sociais.

Um dos aspectos importantes da prática que se norteia pela busca do consenso progressivo possível, a partir de diálogos, que obviamente demandam sistematizações lúcidas e sem controles ou táticas outras que possam limitar a participação individual nos espaços coletivos, é o reconhecimento da valorização de todas as pessoas que integram a base do movimento, assegurando direito de expressão, análise conjuntural e apresentação de propostas, que passam a ser democraticamente “auto-filtráveis” – para usar o termo de um Poeta regional da Comunidade – na medida em que as avaliações individuais avançam no tempo de agenda disponível.

É preciso ter claro que a aposta na perspectiva de um consenso progressivo não necessariamente se caracteriza por uma decisão deliberada em todas as situações. No caso em pauta do presente ensaio, trata-se de uma breve experiência de gestão participativa que foi adotada por uma direção sindical provisória (Sinduepg/Andes, entre abril e junho de 2023) que orientou a condução metodológica ao longo do movimento que aprovou indicação da greve docente, encaminhou ações através das instâncias deliberativas da base de filiados, a partir de diálogos participativos, ainda que muito claramente sem consenso pleno ou adesão consentida por todas as pessoas, mas seguramente encaminhadas a partir de aprovações majoritárias em um menor número possível de votações a qualquer custo e situação de divergência operacional ou de método.

“Ah, mas isso daí demora muito mais do que apenas encaminhar votações” – ouviu-se em alguns momentos. É possível, mas a construção dialógica em conversas que podem ser resolvidas de forma tranquila, sem ilusão de unanimidade, mas pela percepção de que as táticas operacionais precisam estar subordinadas às demandas estratégicas de organização do movimento possibilitam a aposta na audiência, nas manifestações e na sistematização de sínteses, que são sempre colocadas em apreciação ao final da conversa e avaliação deliberativa.

De outra parte, é preciso estar ciente de quem nem sempre, em toda e qualquer situação, a perspectiva de um consenso progressivo como método de condução democrática em movimentos sociais dá conta das demandas. No caso aqui apresentado, a partir das práticas metodológicas de uma direção sindical provisória, não resta dúvida de que, como o necessário respeito diálogo e alteridade, é possível dizer que a experiência deixa um desafio ao que se entende exercício democrático de gestão participativa em movimentos sociais.

E, por fim, para usar uma reflexão do educador Célio Turino, a propósito da proposição do Movimento Raiz Cidadanista (em 2015), que agregou pessoas de diversas regiões do país, a partir de uma proposição de legenda partidária, ainda que não tenha saído do papel, é fundamental avaliar os desafios da pluralidade em movimentos sociais.

Consenso é resultante do ato de consentir, de não criar obstáculos ou impedimentos. É fruto de um gesto de generosidade e grandeza ao mesmo tempo; generosidade porque expressa desapego; grandeza porque se cede no menor para se ganhar no maior, se abre mão do que não é significativo para se ganhar no futuro, naquilo que realmente importa (Turino, 2015).

Referências

ABÍLIO, Ludmila Consthek; AMORIM, Henrique; Grohmann, Rafael. **Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/XDh9FZw9Bcy5GkYGzngPxB/?format=pdf>. Acesso em 19/04/2024.

ANDES-SN. <https://andes.org.br>.

ERREJÓN, Íñigo. “Muere Ernesto Laclau, teórico de la hegemonía”. Madrid: **Público**, 14/04/2014. Disponível em: <https://www.publico.es/actualidad/muere-ernesto-laclau-teorico-hegemonia.html>. Acesso em: 30/08/2023.

FONSECA, Dora; ESTANQUE, Elísio. “Sindicalismo e lutas sociais em tempos de crise”. **E-Cadernos CES**. N° 29, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/3483> Acesso em: 30/08/2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Olho D'água, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros inscritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-OprimidoPaulo-Freire.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

GOMES, Luiz Roberto. **O consenso na teoria do agir comunicativo de Habermas e suas implicações para a educação**. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia, História e Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005. Disponível em file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Gomes_LuizRoberto_D.pdf. Acesso em: 30/08/2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIA para Consenso Progressivo. São Paulo: **Raíz Movimento Cidadanista**, 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/399376507/Raiz-Movimento-Cidadanista-Guia-Para-Consenso-Progressivo-2015>. Acesso em: 30/08/2023.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2022 Principais Resultados**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 11/10/2023.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. Tradução de Ana M. Chiarini, Diego S. C. Ferreira, Leandro de O. Galastri e Sílvia de Bernardinis. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUZ, Adriana Correia da. “Educação popular e gestão democrática: aproximações em torno da construção de um projeto de sociedade”. Trabalho apresentado no **Anais do III Congresso Internacional** e V Congresso Nacional de Movimentos Sociais e Educação. Vitória da Conquista: UESB, 2021. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cicnmse/article/viewFile/10094/9899>. Acesso em: 30/08/2023.

MEYENBERG, Yolanda. “Disputar la democracia. El caso de Podemos en España”. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas e Sociales**, v. 62, n. 230, p. 221-241, mayo-agosto 2017, Cidade do México: UNAM, 2017.

PODEMOS. “Mover ficha: convertir la indignación en cambio político”. Madrid: **Podemos**, 2014. Disponível em: <http://tratarde.org/wp-content/uploads/2014/01/Manifiesto-Mover-Ficha-ene-ro-de-2014.pdf>. Acesso em: 30/08/2023.

SECRETARIA da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti). Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br>.

SINDIPROL/ADUEL **Como reivindicamos nossos direitos?**. 2ª edição. 2023.

TURINO, Célio. Consenso progressivo prática para uma nova cultura política. São Paulo: **Revista Fórum**, 28/01/2014. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/news/2014/1/28/consenso-progressivo-pratica-para-uma-nova-cultura-politica-183.html> Acesso em: 30/08/2023.